



COMISSÃO DE SAÚDE, BEM ESTAR E PROTEÇÃO

PARECER

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº. 23/2026

ASSUNTO: Disciplina a nomeação e a contratação de pessoas condenadas por crimes contra crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência no âmbito do município de Botucatu e dá outras providências.

AUTOR: vereador Welinton Japa

O presente Projeto de Lei disciplina a nomeação para cargos públicos e a contratação de colaboradores, inclusive por meio de empresas terceirizadas e entidades do terceiro setor, no âmbito do Município de Botucatu, vedando o exercício de funções que impliquem contato direto ou indireto com crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência por pessoas condenadas, com trânsito em julgado, por crimes contra esses públicos.

A proposta também estabelece exigência de certidões atualizadas, prevê afastamento cautelar em caso de recebimento de denúncia criminal e dispõe sobre providências administrativas em caso de condenação definitiva.

Compete a esta Comissão manifestar-se quanto aos reflexos da matéria na promoção da saúde, do bem-estar e da proteção dos grupos vulneráveis.

A proteção integral de crianças e adolescentes, bem como a garantia de dignidade, segurança e integridade de idosos e pessoas com deficiência, constitui dever prioritário do Poder Público. Ambientes institucionais seguros são condição essencial para a promoção da saúde física, emocional e social desses públicos.

O Projeto de Lei adota medidas de caráter preventivo, voltadas à redução de riscos em espaços como escolas, creches, hospitais, unidades de saúde, instituições de acolhimento e demais ambientes públicos ou equiparados. Sob a ótica da saúde coletiva e da proteção social, a prevenção de situações de violência ou abuso é elemento central na construção de políticas públicas responsáveis.

A vedação à nomeação de pessoas condenadas, com decisão transitada em julgado, por crimes graves contra a dignidade sexual ou envolvendo violência contra os públicos protegidos, alinha-se ao princípio da precaução e à necessidade de fortalecimento da confiança da população nos serviços públicos municipais.

Da mesma forma, a exigência de certidões atualizadas e a previsão de afastamento cautelar em caso de recebimento de denúncia criminal constituem mecanismos que buscam preservar a integridade dos usuários dos serviços públicos, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade, como os da saúde, da assistência social e da educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



Cabe registrar que a proposta contempla a preservação do vínculo funcional quando cabível e remete a eventuais penalidades ao devido processo administrativo disciplinar, o que demonstra preocupação com a observância das garantias legais, sem afastar a prioridade conferida à proteção dos públicos vulneráveis.

Sob o ponto de vista desta Comissão, a matéria contribui para o fortalecimento das políticas municipais de proteção, prevenção da violência e promoção do bem-estar, ao estabelecer critérios claros e mecanismos de controle voltados à segurança institucional.

Assim, cabe-nos, nesta oportunidade, manifestar pelo prosseguimento do projeto, reservando nosso direito de manifestação em Plenário, quando este constar da pauta de discussões.

Plenário “Vereador Laurindo Ezidoro Jaqueta”, 29 de abril de 2026.

Vereador **LELO PAGANI**
Presidente

Vereadora **ERIKA DA LIGA DO BEM**
Relatora

Vereador **THIAGO PADOVAN**
Membro



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Botucatu. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate?chave=7B71-861D-D611-9J8A> , ou vá até o site <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 7B71-861D-D611-9J8A

Câmara Municipal de Botucatu, 29 de abril de 2026

Botucatu, 29 de abril de 2026